Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

Despacho (extracto) n.º 5487/2006 (2.ª série). — Por despacho do director-geral de 15 de Fevereiro de 2006:

Olga Lopes da Silva Almeida Carvalho, assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo, do quadro da Direcção Regional de Edifícios de Lisboa desta Direcção-Geral — transferida para idêntica categoria e carreira do quadro dos Serviços Centrais também desta Direcção-Geral, ao abrigo do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Fevereiro de 2006. — A Directora de Serviços, *Teresa Moreira de Melo*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Despacho n.º 5488/2006 (2.ª série). — Por despachos de 30 de Janeiro de 2006 do director-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, no exercício de competências delegadas pelo despacho n.º 14 900/2003 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 31 de Julho de 2003, e do director-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 6 de Fevereiro de 2006:

Maria da Graça de Sousa Gonçalves Almeida, técnica superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — transferida para o quadro desta Direcção-Geral. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho conjunto n.º 247/2006. — Nos termos do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro, que estabelece o regime de comércio de licenças de emissão na Comunidade Europeia, foi solicitada a autorização para a constituição de um agrupamento de instalações cujo administrador nomeado é a empresa RECER — Indústria de Revestimentos Cerâmicos, S. A.

Considerando os documentos apresentados ao Instituto do Ambiente, nos termos da Portaria n.º 119/2005, de 31 de Janeiro; Considerando os pareceres favoráveis do Instituto do Ambiente e da Direcção-Geral de Geologia e Energia;

Considerando que a presente solicitação cumpre o disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro:

Determina-se que, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 233/2004, de 14 de Dezembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 243-A/2004, de 31 de Dezembro, seja aprovado o pedido para a constituição de um agrupamento no âmbito do comércio europeu de licenças de emissão, cujo administrador é a empresa RECER — Indústria de Revestimentos Cerâmicos, S. A., para as seguintes instalações:

Instalação 1: RECER — Indústrias de Revestimentos Cerâmicos, S. A. (PNALE 222):

Operador: RECER — Indústria de Revestimentos Cerâmicos, S. A.;

Actividade 3.3 — instalações de fabrico de produtos cerâmicos por cozedura, nomeadamente telhas, tijolos, tijolos refractários, ladrilhos, produtos de grés ou porcelanas, com uma capacidade de produção superior a 75 t por dia e ou uma capacidade de forno superior a 4 m³ e uma densidade de carga enfiada por forno superior a 300 kg/m³;

Instalação 2: GRESCO — Grés de Coimbra, S. A. (PNALE 279):

Operador: GRESCO — Grés de Coimbra, S. A.;

Actividade 3.3 — instalações de fabrico de produtos cerâmicos por cozedura, nomeadamente telhas, tijolos, tijolos refractários, ladrilhos, produtos de grés ou porcelanas, com uma capacidade de produção superior a 75 t por dia e ou uma capacidade de forno superior a 4 m³ e

uma densidade de carga enfiada por forno superior a 300 kg/m³.

Instalação 3: SOLCER — Empresa Cerâmica, S. A. (PNALE 220):

Operador: SOLCER — Empresa Cerâmica, S. A.;

Actividade 3.3 — instalações de fabrico de produtos cerâmicos por cozedura, nomeadamente telhas, tijolos, tijolos refractários, ladrilhos, produtos de grés ou porcelanas, com uma capacidade de produção superior a 75 t por dia e ou uma capacidade de forno superior a 4 m³ e uma densidade de carga enfiada por forno superior a 300 kg/m³;

Instalação 4: CERPOL — Empresa Cerâmica Portugal, S. A. (PNALE 351):

Operador: CERPOL — Empresa Cerâmica Portugal, S. A.;

Actividade 3.3 — instalações de fabrico de produtos cerâmicos por cozedura, nomeadamente telhas, tijolos, tijolos refractários, ladrilhos, produtos de grés ou porcelanas, com uma capacidade de produção superior a 75 t por dia e ou uma capacidade de forno superior a 4 m³ e uma densidade de carga enfiada por forno superior a 300 kg/m³.

15 de Junho de 2005. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 5489/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 do artigo 2.º, 2 do artigo 18.º e 2, 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de secretário-geral-adjunto do Ministério da Economia e da Inovação o licenciado José Francisco Angelino Branco.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a nota relativa ao currículo académico e profissional do mesmo, que é publicada em anexo ao presente despacho.

1 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*.

Nota do currículo académico e profissional

Nome — José Francisco Angelino Branco.

Formação académica — mestre em Administração Pública, Universidade do Minho.

Conhecimento de línguas — francesa e inglesa.

Categoria profissional — especialista de informática do grau 3, nível 2. Carreira e experiência profissional:

Câmara Municipal do Porto — director do Departamento Municipal de Património e Aprovisionamento desde 1 de Outubro de 2004. Os principais projectos que dinamizou foram compras electrónicas e racionalização dos edifícios (REDI);

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto — director dos Serviços Financeiros e Patrimoniais (de 1 de Fevereiro de 1997 a 30 de Setembro de 2004), onde foi responsável pela reestruturação do subsistema financeiro da Faculdade, pela sua informatização e pela implementação do POC -Educação. Integrou, ainda, a equipa responsável pela «Formative Evaluation of Universities ICT Strategies» da Universidade do Porto; Direcção-Geral da Aviação Civil — director dos Serviços Administrativos (de 23 de Maio de 1994 a 31 de Janeiro de 1997), onde se destaca a implementação do sistema de informação contabilística (SIC), no âmbito da reforma da administração financeira do Estado (RAFE);

Direcção-Geral da Contabilidade Pública — chefe de divisão de Sistemas de Informação (de 14 de Abril de 1993 a 22 de Maio de 1994), sendo de relevar a sua participação no grupo de trabalho responsável pela concepção e implementação da RAFE na administração central. Foi ainda coordenador da

equipa responsável pelo desenvolvimento da base de dados de auditoria;

Instituto de Informática — técnico superior (de 8 de Abril de 1988 a 13 de Abril de 1993), onde desempenhou as funções de consultor de desenvolvimento organizacional, tendo elaborado alguns estudos e trabalhos para a administração central e local, de que se destaca o sistema de planeamento, programação, orçamentação e controlo (SPPOC), que viria a servir de modelo conceptual para o desenvolvimento do SIC;

Direcção-Geral da Contabilidade Pública — técnico contabilista (de 6 de Fevereiro de 1987 a 7 de Abril de 1988);

Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos — técnico de administração (de 24 de Fevereiro de 1986 a 5 de Fevereiro de 1987).

Outras actividades relevantes:

Desde 2005, presidente do conselho fiscal da Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas (ANFUP); desde 2002, presidente da Delegação da ANFUP da Universidade do Porto; desde 1998, vogal do conselho fiscal da Associação para o Desenvolvimento da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Formador certificado pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, tem colaborado com várias entidades públicas e privadas no âmbito da formação profissional, em seminários e *workshops*, sendo de destacar a sua colaboração com o Instituto Nacional de Administração (INA) nas áreas de gestão pública (gestão por objectivos), contabilidade pública e orçamento.

Estudos/publicações:

A Reforma da Gestão Pública: O plano e o Relatório de Actividades como Instrumentos de Gestão, Universidade do Minho, 2003; *Rede de Águas — Protótipo*, Instituto de Informática, 1991;

Modelo Informacional das Áreas Comuns da AP — Relatório de Enquadramento (co-autoria), Instituto de Informática, 1991; *Modelo Informacional das Áreas Comuns da AP — Subsistema de Recursos Financeiros* (responsável pela equipa), Instituto de Informática, 1991;

Potencialidades de utilização de um modelo normalizado de uma organização no estudo da informatização das câmaras municipais (co-autoria), in 6.º Congresso Português de Informática, Associação Portuguesa de Informática, 1990, de p. 894 a p. 917;

Sistema de Planeamento, Programação, Orçamentação e Controlo: Um Modelo para Aplicação na Administração Pública Portuguesa (co-autoria), Instituto de Informática, 1989.

Despacho n.º 5490/2006 (2.ª série). — Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, e ao abrigo dos n.ºs 3 do artigo 2.º, 1 do artigo 18.º e 2, 3 e 4 do artigo 19.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de vice-presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, com as funções de director científico para os riscos da cadeia alimentar, o licenciado Manuel Celestino Gomes Barreto Dias.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae* que é publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

13 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, Manuel António Gomes de Almeida de Pinho.

Síntese curricular

Nome — Manuel Celestino Gomes Barreto Dias.

Natural de Lisboa.

Licenciado em Engenharia Agronómica pela Universidade de Lourenço Marques, Moçambique.

Auxiliar de investigação dos cursos de Agronomia e Silvicultura da Universidade de Lourenço Marques.

Assistente da Universidade de Lourenço Marques.

Equiparado a bolseiro como estagiário no Departamento de Fisiologia Animal e Nutrição da Universidade de Leeds, Reino Unido, de Setembro de 1973 a Janeiro de 1977.

Técnico superior do Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura e posteriormente requisitado para os Serviços Técnicos da EPAC (Empresa Pública de Abastecimento de Cereais), de Fevereiro de 1977 a Março de 1980.

Técnico superior do Instituto da Qualidade Alimentar (IQA), do Ministério da Agricultura, responsável pelo planeamento e o início

da actividade do Laboratório Central de Qualidade Alimentar desde Abril de 1980, tendo exercido as funções, primeiro, de chefe de divisão e, depois, de Junho de 1984 até Fevereiro de 2003, as de director de serviços do mesmo Laboratório.

Desempenhou, de Fevereiro de 2003 a Dezembro de 2004, funções como vogal da comissão instaladora da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar.

Actualmente exerce funções na Direcção-Geral de Fiscalização e Controlo da Qualidade Alimentar, do Ministério da Agricultura, como assessor da direcção.

Participou em diversos missões, congressos, seminários e grupos de trabalho a nível nacional e internacional.

Durante as presidências portuguesas da UE, presidiu a diversos grupos de trabalho do Conselho, nomeadamente de aditivos alimentares (corantes), solventes de extracção, higiene dos géneros alimentícios, medidas adicionais relativas ao controlo oficial dos géneros alimentícios e contaminantes dos géneros alimentícios, de coordenação dos *comités* do Codex Alimentarius dos aditivos e contaminantes dos géneros alimentícios, açúcares e mel e rotulagem dos géneros alimentícios.

Participou em trabalhos da área da normalização de métodos de análise, quer ao nível nacional quer ao nível internacional, como o CEN, ISO e Conselho Oleícola Internacional (COI).

Em 1992, foi avaliador de projectos relativos a métodos de análise de alimentos e de produtos agrícolas no âmbito do ex-BCR. Participa regularmente na representação nacional nas reuniões do Comité do Codex de Aditivos Alimentares e Contaminantes e em diversos grupos de trabalho e no Comité Permanente da Cadeia Alimentar e Saúde Animal da UE, Secção de Segurança Toxicológica.

Proferiu no Parlamento Europeu uma palestra intitulada «Podemos controlar eficientemente os géneros alimentícios» no contexto da conferência multidisciplinar conjunta do Parlamento e da Comissão, Livro Branco, em Novembro de 1997.

Participou em missões da Comissão da UE como perito nacional destacado na inspecção dos serviços de controlo da Finlândia e como relator de controlo de contaminantes biológicos (micotoxinas) no âmbito de acções do *dossier* de alargamento aos novos Estados candidatos à adesão.

Participou no projecto do Banco Mundial relativo ao estudo de uma estrutura orgânica para a Agência Reguladora dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares, sector dos Géneros Alimentícios, para a República de Cabo Verde.

É membro da comissão técnica de avaliação dos laboratórios reconhecidos pelo COI.

É autor e co-autor de diversos estudos e trabalhos no âmbito da sua actividade profissional.

Despacho n.º 5491/2006 (2.ª série). — Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 237/2005, de 30 de Dezembro, e ao abrigo dos n.ºs 3 do artigo 2.º, 1 do artigo 18.º e 2, 3 e 4 do artigo 19.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de vice-presidente da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica o licenciado Jorge Proença dos Reis.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional do nomeado e na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae*, que é publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Janeiro de 2006.

13 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, Manuel António Gomes de Almeida de Pinho.

Síntese curricular

Jorge Proença dos Reis, casado, nascido em 27 de Dezembro de 1972. Habilitações literárias:

Licenciado em Engenharia Zootécnica, ramo científico-tecnológico, pela Universidade de Évora, com a média final de 13 valores;

Pós-graduação em Gestão Empresarial ministrada pelo INDEG/ISCTE, com a média final de 16 valores.

Carreira profissional:

Janeiro de 1997 — ingresso na direcção técnica de estudos da TRATOLIXO, S. A., como técnico estagiário;

Julho de 1997 — técnico na Direcção de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas (IFADAP), tendo desenvolvido funções específicas no âmbito do Programa